

Relatório Narrativo de Progresso do Projecto *VozPoBa*, relativo ao Ano 1 de implementação do Projecto

Com o financiamento de:



Janeiro de 2024

Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC);
Quarteirão 8, Unidade Ngungunhana, Bairro Chingodzi, Cidade de Tete;
C. P.: 2300 ; Telefone: +258 84 8616900; +258 86 8616901
E-mail: geral@aaajc.org.mz ; Website: www.aaajc.org.mz
Facebook: Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidade

QUADRO BASE

Nome do coordenador do contrato de subvenção	Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC)
Nome e Função da Pessoa de Contacto	Rui de Vasconcelos Caetano (Director Executivo da AAAJC)
Nome do(s) beneficiário(s) e entidade(s) afiliada(s) na ação	AAAJC (Províncias de Tete, Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo), UCA (Província do Niassa), Fórum Terra Cabo Delgado (Província de Cabo Delgado), Fórum Terra Nampula (Província de Nampula), MULABA (Província da Zambézia), Kwaedza Simukai Manica (Província de Manica), AMACO (Província de Sofala) e FONGA (Província de Gaza)
Designação da ação	Dando Voz e Poder à Base – VozPoBa
Número de Contracto	FED/2022/437-985
Data de início e de termo do Projecto:	16.01.2023 – 15.01.2026
Locais de implementação da Acção:	Niassa - Marrupa, Lago e Lichinga; C. Delgado - Ancuabe, Mecúfi e Pemba; Nampula - Murrupula, Lalaua (//Muecate) e Cidade de Nampula; Zambézia - Inhassunge, Ile e Cidade de Quelimane; Tete - Changara, Doa e Cidade de Tete; Manica - Tambara, Macossa e Cidade de Chimoio; Sofala - Chibabava, Gorongosa e Cidade da Beira; Inhambane - Govuro, Panda e Cidade de Inhambane; Gaza - Chigubo, Chicualacuala e Cidade de Xai-Xai; Maputo - Magude, Matutuíne, Matola e Cidade de Maputo.
Grupo alvo (Instituições e Indivíduos):	Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCC), com destaque para os Conselhos Consultivos Locais nos quatro níveis (Distrito, Posto Administrativo, Localidade e Povoação); Observatórios de Desenvolvimento Distritais; Observatórios de Desenvolvimento Provinciais e da Cidade de Maputo; Observatórios de Desenvolvimento Municipais; Assembleias Provinciais ; Assembleias Municipais; Observatório de Desenvolvimento Central
Período de Referência do Relatório:	16.01.2023 – 15.01.2024

ÍNDICE

1. Introdução;
2. Avaliação do Alcance dos Resultados;
 - 2.1. Progressos nos resultados;
3. Grau de Implementação de Actividades;
4. Constrangimentos e Desafios, e Estratégias de Resposta.

Anexos

- ✓ Anexo 1: Instituições onde o Projecto VozPoBa foi apresentado, apropriado e se buscou compromisso;
- ✓ Anexo 2: Detalhes de alguma actividades implementadas;
- ✓ Anexo 3: Boletim Informativo VozPoBa;
- ✓ Anexo 4: Memorandos de Entendimento Assinados, junto Partilhados;
- ✓ Anexo 5: Link da Conta do *Youtube*, com depoimentos sobre o Grau de Satisfação dos Grupos-alvo e Beneficiários, mas também do website onde todas as informações podem ser encontradas;
- ✓ Anexo 6: Extratos de Jornais com informações publicadas;
- ✓ Anexo 7: Evidências de Eventos;
- ✓ Anexo 8: Quadro Lógico Ajustado com os resultados do Estudo de Linha de Base e Progressos nos Indicadores.

ACRÓNIMOS

AAAJC – Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades;

AMACO – Associação Moçambicana de Apoio à Comunidade;

CC – Conselho(s) Consultivo(s);

CCL – Conselho(s) Consultivo(s) Local(is);

CCR – Comité(s) Comunitário(s) de Representação;

CEP – Conselho Executivo Provincial;

CSRE – Conselho dos Serviços de Representação do Estado;

ENDE – Estratégia Nacional de Desenvolvimento;

FONGA -Fórum de ONGs de Gaza;

GiZ – “Agência Alemã de Desenvolvimento;

IFAPA – Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica;

IOF – Inquérito ao Orçamento Familiar;

IPAJ – Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica;

IPCC – Instituições de Participação e Consulta Comunitária;

MAEFP – Ministério de Administração Estatal e Função Pública;

MARP – Mecanismo Africano de Revisão de Pares;

MEF – Ministério de Economia e Finanças;

MSW – Do inglês “Microsoft Word”, que é software de computador;

MULABA – “O mesmo que *Rede de Biodiversidade Costeira e Marítima* em Chuabo”;

OD – Observatório(s) de Desenvolvimento;

ODC – Observatório de Desenvolvimento Central;

ODD – Observatório(s) de Desenvolvimento Distrital(is);

ODP – Observatório(s) de Desenvolvimento Provincial(is);

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;

PEFA – “Significa *Responsabilidade sobre Despesas e Finanças Públicas*, em inglês”;

PESOD – Plano Económico e Social e Orçamento Distrital;
PESOE – Plano Económico e Social e Orçamento do Estado;
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
PPFD – Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas;
RAP – Relatório Anual da Pobreza;
RNV – Revisão Nacional Voluntária;
SC – Sociedade Civil;
UCA – União das Cooperativas Agropecuárias do Distrito de Lichinga;
UCODIN – Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula;
UNICEF – “Abreviação de *Fundo das Nações Unidas para a Infância*, em Inglês”;
USSD – “Uma plataforma de comunicação baseada em mensagens de telemóvel”;
VozPoBa – Abreviação do Projecto intitulado “Dando **Voz** e **Poder** à **Base**”.

1. INTRODUÇÃO

O Projecto “*Dando Voz e Poder à Base – VozPoBa*” é essencialmente um Projecto de reforço das capacidades dos actores da base no contexto da governação descentralizada e participativa.

O Projecto VozPoBa começou a ser implementado em Janeiro de 2023, pelas 8 organizações acima indicadas, em todas as 10 províncias do país, mais a Cidade de Maputo, num total de 30 distritos (3 por cada província) mais a Cidade de Maputo, conforme especificado acima, dos quais 14 são distritos municipalizados.

O Projecto surgiu para responder a um conjunto de constrangimentos identificados no processo de aprofundamento da descentralização e governação participativa no país que não eram condicentes com o intento de melhorar a definição de prioridades e alocação e gestão de recursos, em resposta às necessidades locais.

Na base da concepção do Projecto estavam 4 constrangimentos objectivamente identificados, conforme se segue:

1º, As sessões de Conselho Consultivo aos 4 níveis (distrito, posto administrativo, localidade e povoado) enfrentam problemas logísticos por falta de meios; o fim do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD), apoiado pelo PNUD, exacerbou esta limitação, tornando-se muito difícil sustentar a motivação, esforço e dedicação de membros de IPCC provenientes de comunidades mais recônditas e carenciadas;

2º, Os Observatórios de Desenvolvimento foram sendo marcados por uma ausência permanente de actores importantes como Membros de Assembleias Provinciais e Municipais, e Deputados da Assembleia da República, perdendo-se oportunidade para aqueles actores buscarem importantes informações para o seu escrutínio ao executivo e deliberações. Embora alguns argumentem ser de Lei e uma forma de garantir a separação de poderes, perde-se aqui uma importante oportunidade de literacia e informação àqueles actores, o que requer a criação de um mecanismo capaz de contornar esta fraqueza;

3º, Os relatórios de balanço do Governo são considerados de baixa qualidade: são meramente qualitativos (quantidades absolutas e relativas), muitas vezes apresentando realizações acima do programado; mais caricato ainda é que os números e percentagens que o Governo apresenta não podem ser verificados no terreno, e são comuns as situações em que fontes diferentes apresentam dados muito díspares sobre a mesma variável, mesmo local e mesmo período. Isto indicia a possibilidade dos números serem constituídos por mera conveniência e sem qualquer relação com a realidade no terreno, o que não é saudável para a identificação de prioridades e alocação de recursos para o desenvolvimento local. Por isso, é necessário melhorar a comunicação com a base e busca de informação para melhor alocação de recursos; e

4º, Importantes instrumentos de orientação e monitoria da governação estão subaproveitados. Tal é o caso do Quadro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), das Contas de Gerência, de importantes estudos e relatórios como

Relatório PEFA, Relatório do MARP, Inquéritos ao Orçamento Familiar (IOF), Relatório da Revisão Nacional Voluntária (RNV), estudos sectoriais em áreas como agricultura, meio ambiente, saúde, educação, etc. É necessário que haja um instrumento que leve as constatações destes estudos e relatórios a uma reflexão séria e à sua consideração na elaboração de políticas e estratégias e no processo corrente de planificação e gestão pública.

Compromisso do Projecto VozPoBa

Considerando os constrangimentos acima, o VozPoBa foi concebido como compromisso das organizações implementadoras, no sentido de: i) reforçar a inclusão de actores da base e da Sociedade Civil nos mecanismos e espaços de diálogo e participação; ii) promover o envolvimento de actores chave (Membros das Assembleias Provinciais e Municipais e Deputados da Assembleia da República) nos espaços e mecanismos importantes de debate e partilha de informação, para que melhor exerçam a influência na definição de prioridades pelo governo e melhor escrutinem a utilização de recursos públicos; iii) induzir a articulação entre os diferentes espaços, mecanismos e níveis de governação e participação, para uma adequada transmissão de informações, comandos e abordagens; e iv) melhorar a partilha de informação de interesse e relevante para a gestão pública, geradas e disponibilizadas pelas diferentes fontes relevantes.

Para tal, o VozPoBa colocou em perspectiva estratégias operacionais resumidas em Função de mobilização e da inclusão de actores relevantes; empoderamento daqueles actores relevantes; reactivação e aprimoramento ou apoio na criação de mecanismos e processos; reorientação e melhoria do uso e aproveitamento de alguns instrumentos; e articulação de instrumentos e processos.

Desempenho durante os primeiros 12 meses de implementação do Projecto VozPoBa

Os primeiros 12 meses de implementação do Projecto VozPoBa tornaram o compromisso do Projecto real está a conseguiu mudar radicalmente o figurino de participação da base e Governação descentralizada, como atestam os elementos de prova que vão em anexo (Boletim Informativo VozPoBa, Memorandos de trabalho com instituições locais relevantes, depoimentos de beneficiários que partilhamos em flash e todos estes estão disponíveis na nossa pagina de internet www.aaajc.org.mz, na subjanela “*Tudo Sobre VozPoBa*” mas também no nosso canal do Youtube <https://youtube.com/@VozPoba?si=L1VzxypnrbwBA4wA>. Se calhar, só não está a acontecer o esperado onde o Projecto não está a ser implementados, o que denota a grande cede e demanda para que o Projecto seja estendido para outros distritos não abrangidos. Mas, mesmo assim, os mecanismos aglutinadores e de extrapolação criados aos níveis distrital (para tornar a experiência dos locais abrangidos uma importante indicação para todo o distrito), provincial (em que os 3 distritos são considerados uma amostra para o julgamento do desempenho, deliberação e planificação de âmbito provincial, e onde o reforço das capacidades da Assembleia Provincial desempenha um papel crítico) e nacional (onde a nova abordagem de planificação e alocação de recursos via PESOE é compatível com o reforço das capacidades das instituições de âmbito provincial, que têm poderes descentralizados).

O relatório possui 4 partes importantes:

A primeira parte avalia progressos em relação aos resultados pretendidos pelo Projecto VozPoBa, onde são avaliadas as realizações, o seu desdobramento, profundidade e abrangência, elementos relevantes para a verificação de mudanças em relação à situação inicial dos indicadores no Quadro Lógico.

A segunda parte avalia o grau de implementação de actividades. Aí faz-se as actividades, tal como são apresentadas no Projecto, são traduzidas numa concepção correspondente ao nível das estratégias de implementação e daí é avaliado o seu grau de implementação e realização.

A terceira parte é uma secção que apresenta situações não previstas que aconteceram aquando da implementação das actividades no decurso do ano 1, bem como alguns desafios enfrentados e algumas estratégias que foram tomadas. Essa secção tem em vista considerar os elementos vivenciados na programação e execução do Ano 2 e seguintes, para maior performance.

Finalmente, são colocados 8 Anexos. Os anexos têm informações vitais de suporte detalhado das colocações que foram sendo feitas. Por isso, não será absorção completa do Relatório, sem considerar os anexos, que possuem detalhes e importantes elementos que acrescem o valor.

O presente relatório também é elaborado considerando o aprimoramento de indicadores e o a avaliação da situação de partida e ajustamento da linha base (*baseline*), sugeridos pelo estudo de *baseline*.

2. AVALIAÇÃO DO ALCANCE DOS RESULTADOS

O primeiro Objectivo Específico do Projecto é *“Apoiar a participação inclusiva e proactiva de mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiência e deslocados internos, ou seus representantes, nas Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCC), Observatórios de Desenvolvimento (OD) Distritais, Provinciais e Nacional, fóruns temáticos sectoriais e mesas-redondas com Membros de Assembleias Provinciais e Deputados da Assembleia da República, com demandas concretas assentes nas suas necessidades”*.

Os progressos neste Objectivo Específico devem ser avaliados na perspectiva da quantidade de membros dos Conselhos Consultivos Locais que participam de forma proactiva nas Feiras de Plano, Sessões de Conselho Consultivo e Observatórios de Desenvolvimento Distrital, mas também, % de actores da Sociedade Civil que participam de forma proactiva nos espaços de diálogo aos diferentes níveis.

O primeiro Objectivo Específico do Projecto é *“Juntar actores intervenientes aos diferentes níveis de governação (ligação vertical) e sectores (ligação horizontal) no processo de planificação pública, implementação, monitoria/fiscalização e prestação de contas, estabelecendo uma relação clara e consistente de partilha de informação e retroalimentação, dentro do quadro de descentralização”*.

Os progressos neste Objectivo Específico devem ser avaliados na perspectiva da quantidade de representantes do Governo dos níveis cimeiros e de diferentes sectores do mesmo nível que participam nos espaços de diálogo, a cada nível, mas também, o relatórios de feedback às

demandas/recomendações dos espaços de diálogo, mas também dos seus escalões inferiores que são considerados a cada nível.

2.1. Progressos nos resultados

Realização 1 (R1): *IPCCs revigorados com a participação inclusiva, proactiva e sistemática de mulheres, jovens, crianças e pessoas com deficiência, ou seus representantes da Sociedade Civil, com demandas em relação às suas necessidades, para a resposta pelo Governo.*

Indicadores

Indicador 1 da Realização 1 (I1R1): # de CCR constituídos e capacitados nos distritos de trabalho, onde metade dos seus são mulheres, 20% são jovens e 10% são pessoas com deficiência, ou seus representantes;

I2R1: # de mentores provinciais capacitados e colocados ao serviço das comunidades de base;

I3R1: # de sessões de IPCC realizadas aos diferentes níveis, em cada distrito.

Em relação a esta realização, ao longo do ano 2023, foram capacitados membros das IPCC, tendo já coberto 64% do universo do grupo alvo. Além disso, foram criados novos CCL nos termos da Lei (com os rácios de inclusão previstos). Também foram criados Comités Comunitários de Representação (CCR) como mecanismo de comunicação vertical entre os 4 níveis dos CCL. De igual maneira foi instituído o apoio logístico aos membros para a participação sistemática dos membros nas sessões do CCL.

O processo de inclusão está a ser incutido nas capacitações, e muitos IPCC serão revitalizadas ao longo do ano 2, onde os percentuais legais de inclusão serão observados escrupulosamente.

Realização 2 (R2): *Relatório Anual da Pobreza (RAP) relançado, como instrumento de comunicação entre a população e as entidades públicas, produzido pela Sociedade Civil com base em auscultações, análises, estudos e relatórios de monitoria ao nível da base, assentes na domesticação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), priorizando as áreas de emprego para os jovens, direitos humanos e das mulheres, direitos de cidadania, convivência democrática e desafios da governação descentralizada.*

Indicadores

Indicador 1 da Realização 2 (I1R2): # Documentos e instrumentos produzidos e partilhados pela Sociedade Civil por cada nível por cada nível e sessão de trabalho;

I2R2: # Instituições do Governo e do Estado sensibilizadas e com que se tem um Memorando de Entendimento de trabalho;

I3R2: # de sistema de partilha de informação sobre as constatações do RAP em funcionamento.

Ao longo do ano 1, foram produzidos capítulos provinciais do RAP, com base em auscultações, análises, estudos e relatórios de monitoria ao nível da base.

O RAP foi produzido com base na integração dos capítulos provinciais, e a incorporação de constatações de estudos sectoriais e especializados.

O grau de realização do trabalho foi acima de 90%, pois só faltou a partilha no Observatório de Desenvolvimento Central (ODC) e com actores chave como Assembleia da República, e com o público em geral através de mecanismo internos website e depositário electrónico criado em linha com o Projecto do USSD) e órgãos de comunicação social. Mesmos assim, em termos do propósito principal de influenciar a planificação, a meta foi atingida, pois o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) central, que tem sido discutido no Observatório de Desenvolvimento Central (ODC) não é mais do que condições macroeconómicas e limites ao anexos constituídos pelos PESOE provinciais, já participados na sua plenitude pelos capítulos provinciais do RAP ao nível dos Observatórios de Desenvolvimento Provinciais (ODP), e é esse PESOE que foi depositado na Assembleia da República. Portanto, a apresentação do RAP no ODC é um mecanismo de redundância para o reforço da consciencialização, tal como é a consciencialização por via da partilha do RAP através de mecanismos internos e órgãos de comunicação social, mas o essencial já é feito até ao nível da província.

A partilha dos capítulos do RAP ao nível das provinciais decorreu num contexto de apropriação do VozPoBa pelas administrações públicas distritais, administrações públicas provinciais e instituições relevantes de âmbito provincial e central. Neste âmbito, um total de 32 Memorandos de Entendimento foram assinados (vide Anexo 4), que suportam e sustentam a parceria, projectada para uma perspectiva de longo prazo. Estas parcerias também sustentam um outro mecanismos de redundância na influência das propostas de PESOE, através da partilha sistemática dos capítulos provinciais do RAP com as Assembleias Provinciais, munindo-as de ferramentas para influenciar o conteúdo, antes da sua aprovação.

Realização 3 (R3): *Estabelecida uma ligação funcional entre o OD Central (assente num processo de articulação sectorial e entre actores, na forma de Revisão Conjunta) e os ODP, e entre os ODP e IPCC, dentro do calendário previsto pelo Guião de Orientação dos Observatórios.*

Indicadores

I1R3: # de sessões de ODP e OD central realizadas dentro do calendário;

I2R3: # de mesas-redonda realizadas com Membros de Assembleias Provinciais e Municipais e Deputados da Assembleia da República, em momentos críticos como apos as sessões de ODP e OD Central, para o seguimento dos compromissos assumidos, e aquando da discussão das propostas de Plano e Orçamento;

I3R3: # de suplementos do Boletim Penhane, produzidos com foco na ligação, funcionamento, articulação e desafios dos diferentes espaços de diálogo e instituições, no âmbito da governação descentralizada (IPCC, ODP e OD).

Ao longo do ano 1, os planos distritais foram intensamente participados pela base, através dos membros dos CCL e convidados (representantes de grupos locais de interesse) por vias das Feiras de Plano e, sobretudo, sessões de Conselhos Consultivos e Observatórios de Desenvolvimento Distrital.

Por sua vez, os Conselhos Executivos Provinciais (CEP) usaram propostas de prioridades dos distritos, que foram intensamente participados no distrito, para produzir propostas de PESOE. Os distritos também forneceram informações participadas aos Conselhos dos Serviços de Representação do Estado (CSRE), naquilo que são as matérias de competência deste órgão. As propostas provinciais de PESOE foram discutidas em sessões de ODP onde receberam um reforço directo através dos Capítulos Provinciais do RAP, o que também forneceu importantes subsídios ao CSRE, também presente na sessão. Até este nível, a ligação foi a 100%. O mecanismo de redundância da influência do PESOE provincial através da partilha dos capítulos provinciais do RAP com as Assembleias Provinciais também já está em vigor, suportado por Memorandos de Entendimento para o efeito. Importa notar também que, em cada ODP participa um mandatário do Ministério de Economia e Finanças (MEF) que, teoricamente, deve garantir a comunicação dos resultados do ODP ao MEF através dos sectores de Plano e Orçamento e Monitoria e Avaliação.

A ligação fisicamente verificável com o ODC não aconteceu, simplesmente porque a sessão plenária do ODC não aconteceu, por razões de domínio do Ministério de Economia e Finanças, mas o PESOE nacional depositado na Assembleia da República tem como anexos os PESOE provinciais substancialmente participados ao nível das províncias.

As informações partilhadas em mesas-redonda com diferentes actores (vide Anexo 2), bem como as informações partilhadas através de mecanismos internos (website, facebook e partilha de newsletter por *mailing list*) e publicação nos órgão de comunicação social, serviram de importante veículo de partilha de informação, desaguando na comunicação vertical preconizada.

Realização 4 (R4): *Agendas de desenvolvimento local e nacional participadas de forma inclusiva pela Sociedade Civil, em representação da população (com um foco nas mulheres, crianças, jovens e pessoas com deficiência), através das IPCC, OD e outros espaços de diálogo, construindo compromissos compartilhados, dentro dum quadro de gestão de expectativas e pacificação do país.*

Indicadores

Indicador 1 da Realização 1 (I₁R4): # de Associações de Mulheres, de jovens e de deficientes devidamente capacitadas e activas nos espaços de diálogo e prestação de contas;

I₂R4: # de Membros de Assembleias Provinciais e Municipais devidamente capacitados e que colaboram sistematicamente com a Sociedade Civil em cada província;

I₃R4: # de debates radiofónicos em tempo relevante por província;

I₄R4: # de debates televisivos nacionais transmitidos, cobrindo preocupações da população apresentadas nos OD Centrais através do RAP, em linha com o Ciclo de Planificação Pública;

I₅R4: # de artigos publicados em tempo relevante nos jornais nacionais.

No ano 1, o primeiro mecanismo para este feito foi a participação dos Plano Económicos e Sociais e Orçamentos do Distrito (PESOD) e PESOE por membros dos CCL, devidamente capacitados e informados, nas Feiras de Plano, Sessões de CC e ODD, bem como actores da SC, também devidamente capacitados e informados, na sua ligação com a base e com os grupos de interesse que representam, ao nível dos ODD e ODP.

As mesas redonda com diferentes actores, assim como a partilha de informação através, de mecanismos internos e órgão de comunicação social, desempenham um papel crítico para influenciar agendas de desenvolvimento local e nacional.

O nível de eficácia na dos mecanismos criados para a influência de agendas de desenvolvimento é superior a 90%, só não foi plena porque o RAP não chegou a ser partilhado no ODC, pelo facto deste não ter sido realizado e, conseqüentemente, ainda não foi partilhada a versão editada através de mecanismos internos e órgãos de comunicação social.

Contudo, é preciso reconhecer que, ainda há um desafio secular de falta de uma metodologia para melhor rastrear e quantificar o grau de inclusão das contribuições feitas nos planos, estratégias e políticas do Governo, mas esta é uma das missões que a Monitoria do VozPoBa deve garantir, esperando um relatório de monitoria intercalar na fase intermédia do Projecto, pois no ano 1 não era realístico, por ser um ano de estabelecimento de parcerias e acordos de trabalho, capacitação de actores, implantação de mecanismo, e início da acção, que logicamente não esteve completamente alinhado a alguns processos anuais que já tinham avançado.

3. GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DE ACTIVIDADES

Actividades do Projecto	Acções correspondentes na Estratégia de Implementação	Grau de implementação e realização das actividades
<u>Actividade 2 (A2)</u>. Divulgar a iniciativa e estabelecer parcerias com instituições e actores relevantes ao nível dos Governos Distritais, Conselhos Municipais, Assembleias Municipais, Conselhos Executivos Provinciais – (CEP), Assembleias Provinciais, Ministérios de Economia e Finanças (MEF) e de Administração Estatal e Função Pública (MAEFP) e Assembleia da República.	Apresentação do Projecto às instituições públicas ao nível distrital, provincial e central	Depois do seu lançamento, a 26 de Janeiro de 2023, nos meses de Fevereiro e Março, os Projecto VozPoBa foi apresentado às autoridades públicas aos níveis distrital, provincial e nacional, e a outras instituições e actores relevantes. Neste âmbito, o Projecto foi apresentado aos Ministérios de Administração Estatal e Função Pública, e ao Ministério de Economia e Finanças, dois ministérios que velam pelas IPCC e pelos Observatórios de Desenvolvimento, respectivamente, mas também ambos pelo processo de descentralização. Depois Disso, o Projecto foi apresentado aos Gabinetes dos Governadores Provinciais e dos Secretários do Estado, assim como às Assembleias Provinciais. Depois o VozPoBa foi apresentado às administrações dos 30 distritos, mais a Cidade de Maputo, bem como aos Conselhos Municipais e às Assembleias Municipais dos distritos municipalizados, que são o foco do Projecto. O Projecto também foi apresentado a outras instituições relevantes, com destaque para o PNUD e o GiZ, instituições que fazem parte do Grupo Nacional de Descentralização, a UNICEF, que está a apoiar os Observatórios de Desenvolvimento, a Unidade Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula (UCODIN), a Associação Nacional de Municípios e Plataformas e Organizações da Sociedade Civil (o Anexo 1 tem mais detalhes). As apresentações buscaram firmar acordos de trabalho e compromissos concretos de apropriação e colaboração. Nessa base, no total foram celebrados 48 acordos de trabalho e assinados 32 Memorandos de Entendimento Institucionais (o Anexo 4 possui mais detalhes sobre Memorandos assinados e partilhados, que também estão no nosso website).
<u>Actividade 9 (A9)</u>. [Acrescentou-se “Produzir estudo de Linha de Base e”] Actualizar o Guião dos OD e produzir um quadro orientador da acção aos níveis local/distrital, provincial e central, no âmbito do plano de acção para o diálogo nacional inclusivo	Produção de estudo de linha de base e actualização do Quadro Lógico	O estudo de base foi elaborado e concluído, tendo informado ajustamentos necessários ao nível de: - redação de alguns indicadores; - redação de algumas actividades; - situação inicial de cada indicador.

sobre descentralização e governação local com os parceiros das organizações da sociedade civil.		O Quadro Lógico foi ajustado, conforme vai em Anexo 6. O estudo de base também explorou o contexto de cada distrito, limitações e suas implicações no projecto.
<u>Actividade 3 (A3).</u> Identificar activistas habilitados, disponíveis para colaborar ao nível de cada província, e constituí-los mentores provinciais. <u>Actividade 5 (A5).</u> Divulgar a iniciativa ao nível das comunidades e criar Comités Comunitários de Representação - CCR para a participação nas IPCC em representação das comunidades de base, no âmbito dos mecanismos estruturados e sólidos para a participação inclusiva da Sociedade Civil na monitoria do processo de descentralização ao nível distrital e sua ligação com o Observatório de Desenvolvimento Provincial e outros espaços de diálogo. <u>Actividade 7 (A7).</u> Formar membros dos CCR [<i>ajustado para CCL</i>] para a mobilização comunitária sobre o quadro de Governação descentralizada, direitos de cidadania, espaços de participação da Sociedade Civil e Plano de Acção para o diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local, no âmbito da formação de facilitadores em cada província sobre uma metodologia participativa e inclusiva para o diálogo nacional inclusivo relacionado com a descentralização e governação local. <u>Actividade 10 (A10).</u> Capacitar associações de mulheres, jovens e pessoas com deficiência ao nível dos distritos, sobre descentralização, espaços de participação, direitos humanos e das mulheres, direitos democráticos, direitos de cidadania e ODS,	Capacitações aos Conselhos Consultivos	Nesta componente de capacitação aos Conselhos Consultivos, neste primeiro ano cobrimos 19 dos 30 distritos mais a Cidade de Maputo, o que representa uma realização de 64% do grupo-alvo total. E de acordo com as dinâmicas registadas, ao longo do ano 2 (2024) maior esforço, nesta componente, será para nas províncias de Inhambane, Tete e Manica (o Anexo 2 possui mais detalhes).

no âmbito da estratégia de inclusão e de capacitação com enfoque no género, jovens e pessoas com deficiência.		
<u>Actividade 12 (A12)</u> . Facilitar e coordenar a realização das sessões das IPCC, trabalhos de Revisão Conjunta (diálogo sectorial), sessões plenárias de ODP e OD Central.	Sessões de Conselhos Consultivos Locais e Feiras de Plano	Na componente de Sessões de Conselhos Consultivos Locais e Feiras de Plano, conseguimos cobrir 17 dos 30 distritos mais a Cidade de Maputo, o que representa uma cobertura de 57% do grupo alvo total do Projecto, já no primeiro ano. Portanto, destes distritos cobertos, apenas 6 distritos tinham mostrado algum tipo de sessão (embora não regular) nos últimos 3 anos, de acordo com o estudo de linha de base, o que significa que o Projecto garantiu a regularidade e triplicou a cobertura, isto é, de 20% dos distritos alvo para 57% no 1º ano, um aumento de 185%. Contudo, as dinâmicas entre as províncias foram diferenciadas, e para o ano 2024, deverá haver maior esforço nas províncias de Inhambane, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado; Nampula também precisará de incrementar esforços (o Anexo 2 possui mais detalhes).
<u>Actividade 9 (A9)</u> . [Acrescentou-se “Produzir estudo de Linha de Base e”] Actualizar o Guião dos OD e produzir um quadro orientador da acção aos níveis local/distrital, provincial e central, no âmbito do plano de acção para o diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local com os parceiros das organizações da sociedade civil. <u>Actividade 12 (A12)</u> . Facilitar e coordenar a realização das sessões das IPCC, trabalhos de Revisão Conjunta (diálogo sectorial), sessões plenárias de ODP e OD Central. <u>Actividade 14 (A14)</u> . Produzir documentos de compromisso e monitoria de seguimento das constatações das sessões das IPCC e dos OD e partilhar com Assembleias Provinciais, Assembleias Municipais e Assembleia da República e departamentos de planificação pública relevantes, no âmbito da implementação e	Sessões Plenárias de Observatórios de Desenvolvimento dos Distritos	Na componente de Observatórios de Desenvolvimento Distritais, cobrimos 13 dos 30 distritos do Projecto, o que representa uma cobertura de 44% do grupo alvo total do projecto, a partir de zero (0). Esta realização é muito positiva e bem acima do planificado, pois a partir do ano 2, o compromisso é realização a 100%, uma vez que, haverá boa transferência de recursos da Capacitação aos Conselhos Consultivos para Sessões de Conselhos Consultivos, Observatórios de Desenvolvimento e Capacitações às Assembleias Provinciais e Municipais (o Anexo 2 possui mais detalhes).

documentação dum diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local.		
<u>Actividade 11 (A11).</u> Desenvolver análises e estudos no âmbito da descentralização democrática e/ou reformas participativas de governação e produzir o Relatório Anual da Pobreza (RAP), com base nos balanços do PESOE e das Contas de Gerência dos Conselhos Executivos Provinciais (CEP), conclusões do PEFA central e dos Municípios, conclusões de avaliação de progresso dos ODS e do ENDE, conclusões de rastreios da despesa pública e auditorias sociais, e auscultações do grau de satisfação da população em relação aos serviços públicos prestados, com destaque para os grupos vulneráveis (mulheres, jovens e pessoas com deficiência).	Realização de Estudos	Ao nível de estudos, foram produzidos capítulos provinciais do Relatório Anual da Pobreza (RAP) que tiveram três aplicações: 1º, serviram para a participação informada dos actores da Sociedade Civil nos Observatórios de Desenvolvimento Provinciais, em defesa dos interesses da população da base; 2º, serviram para comunicar as preocupações discutidas e apresentadas nas IPCC (CCL) e nos Observatórios de Desenvolvimento Distritais aos Observatórios de Desenvolvimento Provincial, estabelecendo uma ligação vertical de informações incorporadas nos instrumentos de Planificação Pública; e 3º, serviu para elaborar o RAP, elaborado para ser apresentado no Observatório de Desenvolvimento Nacional, com a mesma função de estabelecer a ligação da informação em instrumentos de planificação pública da base (distrito) ao nível central. Infelizmente a Sessão Plenária de Observatório de Desenvolvimento Central não aconteceu, por motivos do domínio do Ministério de Economia e Finanças, mas o RAP produzido em 2023 será massivamente partilhado em 2024, em formato editado e em capítulos na forma de artigos, e será a base para a participação de actores da Sociedade Civil no Observatório de Desenvolvimento Central que deverá acontecer a qualquer momento do ano.
<u>Actividade 9 (A9).</u> [<i>Acrecentou-se “Produzir estudo de Linha de Base e”</i>] Actualizar o Guião dos ODs e produzir um quadro orientador da acção aos níveis local/distrital, provincial e central, no âmbito do plano de acção para o diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local com os parceiros das organizações da sociedade civil. <u>Actividade 12 (A12).</u> Facilitar e coordenar a realização das sessões das IPCC, trabalhos de	Sessões Plenárias de Observatórios de Desenvolvimento Provinciais	Na componente de Observatórios de Desenvolvimento Provinciais, cobrimos 73% do grupo alvo total do Projecto, a partir duma situação inicial de 36%, especificada no “<i>baseline</i>”, e em 4 províncias (Niassa, Nampula, Tete e Sofala) conseguimos já atingir a meta de 2 Observatórios de Desenvolvimento por ano, segundo as orientações do respectivo Guião. Isto significa que só no primeiro ano mais do que duplicamos a cobertura (aumento de mais de 100%) e garantimos a previsibilidade futura; O Observatório de Desenvolvimento Provincial só não aconteceu na Província de Maputo (que muitas vezes é ofuscado pelo OD da Cidade de Maputo e o Nacional) e na Província de Cabo Delgado (pelo facto de mais

Revisão Conjunta (diálogo sectorial), sessões plenárias de ODP e OD Central. <u>Actividade 14 (A14).</u> Produzir documentos de compromisso e monitoria de seguimento das constatações das sessões das IPCC e dos OD e partilhar com Assembleias Provinciais, Assembleias Municipais e Assembleia da República e departamentos de planificação pública relevantes, no âmbito da implementação e documentação dum diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local.		de metade dos distritos não poderem tomar parte pela situação do conflito relacionado com o terrorismo) (o Anexo 2 possui mais detalhes).
<u>Actividade 9 (A9).</u> [<i>Acrecentou-se “Produzir estudo de Linha de Base e”</i>] Actualizar o Guião dos OD e produzir um quadro orientador da acção aos níveis local/distrital, provincial e central, no âmbito do plano de acção para o diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local com os parceiros das organizações da sociedade civil. <u>Actividade 12 (A12).</u> Facilitar e coordenar a realização das sessões das IPCC, trabalhos de Revisão Conjunta (diálogo sectorial), sessões plenárias de ODP e OD Central. <u>Actividade 14 (A14).</u> Produzir documentos de compromisso e monitoria de seguimento das constatações das sessões das IPCC e dos OD e partilhar com Assembleias Provinciais, Assembleias Municipais e Assembleia da República e departamentos de planificação pública relevantes, no âmbito da implementação e documentação dum diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local.	Sessões Plenárias de Observatório de Desenvolvimento Central/Nacional	Por razões do domínio do Ministério de Economia e Finanças, em 2023 não foi realizada nenhuma sessão de Observatório de Desenvolvimento Central/Nacional (ODC). Embora, no âmbito do Projecto VozPoBa tivesse havido uma mesa redonda com aquele Ministério, tendo sido inclusivamente abordado que a principal orientação do ODC seriam os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), explorando também possibilidades duma parceria entre o Ministério e o VozPoBa para a condução do segundo exercício nacional de Revisão Nacional Voluntária (RNV) dos ODS, sob facilitação do PNUD, ao longo do ano, o Ministério foi prometendo, sem data, e foi arrastando o tempo até o fecho do ano, e não foi dada uma explicação para isso. Contudo, o VozPoBa voltará a dialogar com o Ministério para garantir que a partir de 2024 o ODC não falhe, e será o espaço para partilhar o RAP e trazer testemunhos vivos da Base, articulando com um evento que o VozPoBa pretende realizar a partir de 2024, que é o “Fórum Nacional dos Conselhos Consultivos Locais”.

<u>Actividade</u> 4 (A4). Capacitar os mentores provinciais sobre o quadro de governação descentralizada, direitos de cidadania, espaços de participação da Sociedade Civil, Metodologias de engajamento da base nos espaços de participação, ODS e Plano de Acção para o diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local.	Capacitações aos Conselhos Técnicos Distritais	Aqui, a capacitação ao Conselho Técnico Distrital é baseada nas necessidades e em solicitações expressas das administrações distritais. Por isso, a cobertura em relação ao alvo potencial foi de 14% em 2023, mas já foram solicitadas novas capacitações pelas administrações locais que farão subir a cobertura em relação ao grupo alvo potencial para 57%, já em princípios de 2024 (o Anexo 2 possui mais detalhes).
<u>Actividade</u> 8 (A8). Capacitar as Assembleias Provinciais e Municipais em novos desafios de descentralização, Conta Gerência, indicações dos resultados do PEFA e ODS.	Capacitação às Assembleias Provinciais e Assembleias Municipais	Ao longo do ano 2023, foi feito o trabalho de base, que consistiu: 1º, no estabelecimento de acordos de trabalho com os Assembleias Provinciais e Assembleias Municipais, e partilha das necessidades de capacitação destas instituições; 2º, o diálogo com parceiros que já vem prestando apoio na capacitação àquelas instituições, com destaque para o PNUD e GiZ ao nível das províncias, partilha de abordagens e divisão de responsabilidades; e 3º, a negociação de acordo de trabalho com o IFAPA, com o instituição especializada para o efeito. Com isso, as capacitações efectivas serão feitas em 2024, na base de um Plano de Trabalho alimentado pela Agenda das Assembleias Provinciais e Municipais, partilhado com os parceiros PNUD e GiZ, e a instituição especializada IFAPA.
<u>Actividade</u> 4 (A4). Capacitar os mentores provinciais sobre o quadro de governação descentralizada, direitos de cidadania, espaços de participação da Sociedade Civil, Metodologias de engajamento da base nos espaços de participação, ODS e Plano de Acção para o diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local.	Capacitações aos Técnicos dos Conselhos Executivos Provinciais e dos Conselhos dos Serviços de Representação do Estado	Estas capacitações dependem da solicitação expressa dos beneficiários. No segundo semestre de 2024, manifestaram interesse em beneficiar de capacitação, os Conselhos Executivos Provinciais de Inhambane, Sofala, Niassa e C. Delgado, mas também o Conselho dos Serviços de Representação do Estado da Cidade de Maputo e o Município de Maputo. Em 2024, uma Plano de capacitações a estas instituições será elaborado e implementado, em colaboração com as próprias instituições, em relação à identificação de necessidades específicas e formulação de conteúdos de capacitação, e na base do acordo de trabalho celebrado com o IFAPA.
<u>Actividade</u> 13 (A13). Organizar e facilitar a realização de mesas-redonda com Assembleias Provinciais, Municipais e da República, com base nas constatações do RAP e dos estudos e análises	Mesas-redonda e comunicações com Assembleia da República	A Assembleia da República tem, no VozPoBa um estatuto especial: é a instituição que recebe as ferramentas participadas e outros documentos relevantes para o suporte na análise do Plano e nas suas deliberações.

de suporte, no âmbito da advocacia para partilhar os resultados do diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local com o Governo, legisladores, partidos políticos e outras partes pertinentes.		Desta forma, depois da apresentação e discussão do RAP no Observatório de Desenvolvimento Central/Nacional (ODC) o documento (o RAP) devia ser partilhado com os deputados da Assembleia da República. Não tendo acontecido o ODC, o relatório editado do RAP será partilhado com a Assembleia da República nos primórdios de 2024, através da sua apresentação numa mesa-redonda com as 3 bancadas parlamentares. Contudo, enquanto o ODC não acontecia, que permitisse a apresentação do RAP, a Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República e representantes das bancadas foram convidados para uma mesa redonda na Cidade de Inhambane, onde a sociedade civil, em representação da base, apresentou várias inquietações, incorporadas no RAP.
<u>Actividade 13 (A13)</u> . Organizar e facilitar a realização de mesas-redonda com Assembleias Provinciais, Municipais e da República [<i>acrescentou-se “e outros actores relevantes”</i>], com base nas constatações do RAP e dos estudos e análises de suporte, no âmbito da advocacia para partilhar os resultados do diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local com o Governo, legisladores, partidos políticos e outras partes pertinentes.	Mesas-redonda com outras Instituições e Actores Relevantes	Ao longo do ano 2023, foram realizadas várias mesas redondas com instituições relevantes, designadamente: com o Ministério de Administração Estatal e Função Pública; com o Ministério de Economia e Finanças; com o IPAJ; com o GiZ e o PNUD em Maputo; com o PNUD Sofala (escritório da região centro e norte); com o GiZ Sofala; com a UNICEF Zambézia; com a Assembleia Provincial da Zambézia; com a Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula (UCODIN); com o IFAPA; com o Conselho Executivo Provincial de Inhambane; com o Conselho dos Serviços de Representação do Estado da Cidade de Maputo; com o Conselho Municipal de Maputo; com a Associação Nacional de Municípios; com a Assembleia Provincial de Gaza; com o Gabinete da Governadora do Niassa; com o Gabinete do Governador da Zambézia; com os Governos dos distritos de Marrupa, Changara, Quelimane, Govuro, Magude, Matutuine, Ancuabe, Mecufi, Murrupula, Xai-Xai, Chibabava, Gorongosa, Inhassunge, Govuro e Chimoio; e com o Programa “Logos”, em Nampula. Estas mesas-redonda visavam explorar possibilidades de capitalização do VozPoBa e campos de colaboração (o Anexo 2 possui mais detalhes).
<u>Actividade 15 (A15)</u> . Realizar seminários públicos, debates radiofónicos e debates televisivos de divulgação e debate dos resultados do RAP, e produzir e publicar um Suplemento do Boletim “Penhane”, no âmbito da campanha de informação para divulgar os resultados do diálogo nacional	Workshops Conjuntos com Parceiros	Na componente de workshops conjuntos, no âmbito do Projecto VoPoBa, participou-se em 4 eventos, conforme se segue: - Participação no Fórum Internacional para a Democracia Participativa em África (FIDEPA), realizado em Maputo, onde foram partilhadas experiências do VozPoBa em relação ao processo de descentralização e participação da base em Moçambique;

inclusivo sobre descentralização e governação local.		- Participação no Seminário sobre Harmonização das Linhas Estratégicas e das Estratégias de Capacitação no âmbito da descentralização, onde foram partilhadas experiências do VoPoBa; - Participação no Seminário Nacional sobre Localização dos ODS, facilitado pelo PNUD, onde foram partilhadas as experiências do VozPoBa e foram exploradas potencialidades do VozPoBa para a domesticação, apropriação e localização dos ODS; - Participação na Conferência Internacional sobre boas práticas de localização dos ODS, organizada pela Universidade Eduardo Mondlane, em parceria com a Universidade de Andaluzia da Espanha, onde foram partilhadas as experiências do VozPoBa na localização dos ODS.
<u>Actividade 6 (A6)</u> . Conceber e desenvolver uma plataforma de comunicação pública via telemóvel - USSD (“ <i>Unstructured Supplementary Service Data</i> ”), calibrada para os intentos da acção do presente Projecto (partilha de informações básicas relacionadas com ferramentas de governação descentralizada e compromissos públicos de protecção dos direitos das pessoas, com destaque para mulheres, jovens, e pessoas com deficiência, mas também a gestão de calendários de acções à volta das IPCC e espaços de diálogo)’	Desenvolvimento de Plataforma USSD de partilha de informação acoplada ao Website	Em relação ao desenvolvimento da plataforma USSD, foi concebido o website-base (que também está a funcionar como website normal) e foi acoplada e operacionalizada a plataforma USSD. Contudo, as tarifas aplicadas pelas operadoras de telefonia móvel afiguraram-se muito exorbitantes e incomportáveis, entre 5 e 15 meticais por cada acesso, o que estava fora do orçamento. Assumindo que o país tem agora cerca de 6.000.000 de usuários regulares de internet (segundo o Instituto Nacional de Comunicação de Moçambique – INCM), o Projecto foi reorientado, transformando a funcionalidade USSD em Depositário Electrónico, onde estará toda a informação relevante sobre a descentralização, incluindo Leis, Políticas, Estratégias, Planos, etc. e informação relacionada com a implementação do VozPoBa, devidamente estruturada e categorizada, para o fácil acesso. O Depositário Electrónico estará acoplado ao website, tal como se tinha Projectado com o USSD, embora o acesso agora seja limitado ao universo dos usuários de internet. Documentos e informações estão a ser recolhidos e entregues à WebCad, empresa que desenvolveu a funcionalidade USSD e que está a estruturar o Depositário Electrónico.
<u>Actividade 15 (A15)</u> . Realizar seminários públicos, debates radiofónicos e debates televisivos de divulgação e debate dos resultados do RAP, e produzir e publicar um Suplemento do Boletim “Penhane”, no âmbito da campanha de informação	Partilha de Informação através de mecanismos instituídos pelo	O Projecto instituiu um Boletim Informativo paralelo ao Penhane, intitulado “Boletim Informativo VozPoBa”. Este Boletim captou todas as acções implementadas no terreno e os conteúdos específicos abordados ou gerados, incluindo fotografias. Quem quiser acompanhar o trabalho no terreno é só acompanhar o Boletim Informativo VozPoBa. No presente relatório, os

para divulgar os resultados do diálogo nacional inclusivo sobre descentralização e governação local.	Projecto e Órgãos de Comunicação Social	números produzidos de “Boletim Informativo VozPoBa” vão no Anexo 3, mas também estão no website da AAAJC, que é www.aaajc.org.mz, na janela “Tudo sobre VozPoBa”. Além disso, longo do ano 2023, foram celebrados acordos de trabalho com Jornais regionais “O Autarca”, na zona centro do país, e Jornal “Faisca” na zona norte, para a cobertura de todos os eventos das Conselhos Consultivos Locais, Observatórios de Desenvolvimento Distritais, Observatórios de Desenvolvimento Provinciais, trabalhos com Assembleias Provinciais e Municipais e outros eventos relevantes no âmbito provincial. O acordo celebrado permitiu que todos os eventos realizados nas províncias onde aqueles jornais estão sediados fossem cobertos integralmente, designadamente, Sofala e Niassa, e tivessem coberto de forma parcial os eventos das outras províncias da região. O esforço para o ano 2024 é garantir uma cobertura integral de todos os eventos das províncias da região centro (Sofala, Manica, Tete e Zambézia) e norte (Niassa, Nampula e Cabo Delgado), e celebrar um acordo de trabalho com um jornal regional para a cobertura da região sul, estando em negociação uma parceria com o Jornal “Evidências”. Por outro lado, todas as 13 Sessões Plenárias de Observatórios de Desenvolvimento Provinciais foram cobertos pela imprensa de âmbito nacional, designadamente, televisões, rádios e jornais, e este trabalho deverá ser intensificado ao longo do ano 2024, com a cobertura das 10 províncias mais a Cidade de Maputo, e do ODC, que se espera que aconteça em 2024, embora prevaleçam dúvidas quanto a Cabo Delgado, onde o contexto ainda não é favorável. Além disso, como parte da monitoria de progressos na implementação do Projecto VozPoBa, e avaliação do grau de satisfação dos beneficiários, criou-se uma Conta no Youtube, onde estão depoimentos e testemunhos; a conta é: https://youtube.com/@VozPoba?si=L1VzxyprnbwBA4wA.
---	--	---

4. CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS, E ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA

Aquando da implementação das acções do Projecto VozPoBa no ano 1, houve constrangimentos não previstos e alguns desafios que precisaram duma atenção e acção adequada, para uma boa execução das acções do Projecto.

O primeiro constrangimento resulto da ocorrência de eventos climáticos extremos que dificultaram o acesso a 3 distritos do Projecto, designadamente, a ocorrência de inundações e queda da ponte de acesso ao distrito de Lalaua, província de Nampula, a ocorrência de cheias e distribuição da ponte de acesso ao distrito de Doa, província de Tete, e a ocorrência de inundações e corte temporário da via de acesso ao distrito de Chigubo.

A ligação para Chigubo e Doa foi restaurada após um tempo, e considerou-se razoável prosseguir com aqueles distrito, mas a situação de Lalaua foi de dimensão grave, de tal modo que, a demora excessiva na reposição do acesso levou a deliberação pela substituição de Lalaua por Muecate, um distrito com uma situação sócio-económica afim.

O outro desafio teve que ver com o número de localidades em cada distrito. O Projecto assumiu níveis de Conselhos Consultivos (de cima para baixo: Distrito, Posto Administrativo, Localidade e Povoado) para a programação orçamental, e não considerou o facto de cada distrito ter um conjunto de Postos Administrativos, onde cada Posto Administrativo também possui um conjunto de Localidades, sendo que cada Localidade também possui um conjunto de Povoados.

Este desalinhamento entre a programação e a situação efectiva no terreno trouxe desafios em termos de priorização das capacitações e da mobilização e facilitação da organização de sessões de Conselhos Consultivos e Feiras de Plano. Por isso, houve duas estratégias: 1º, definiu-se uma estratégia de priorização numa pirâmide *top-down*, começando do nível do distrito, onde se garantiu a cobertura dos dois espaços aí existentes, designadamente, sessões de Conselhos Consultivo e Observatórios de Desenvolvimento, ambos de âmbito distrital, e depois disso passou-se para os Postos Administrativos, e depois Localidades até onde os recursos se esgotaram. Esta estratégia beneficiou do facto de os membros dos Conselhos Consultivos do Distrito serem eleitos ao nível dos Postos Administrativos, em representação daqueles, e os membros dos Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos serem eleitos nas Localidades, em representação daquelas e, consequentemente, membros dos Conselhos Consultivos das Localidades serem eleitos ao nível dos Povoados, em representação daqueles. Nesta cadeia ascendente de representação, cada membro do Conselho Consultivo do Distrito é ao mesmo tempo membro dos 3 Conselhos Consultivos de escalões inferiores, embora sejam em números relativamente menores, à medida que se vai descendo. 2º, nos Conselhos Consultivos Distritais foram-se estabelecendo Comitês Comunitários de Representação (CCR), constituídos por aqueles membros com assentos nos 4 níveis de Conselhos Consultivos ao nível do distrito, como um mecanismo consentâneo de comunicação do conhecimento adquirido ao nível do distrito para os níveis inferiores até ao povoado, mas também permitir a comunicação das preocupações dos níveis inferiores da pirâmide, deste o povoado até o nível distrital, em aditamento à cadeia de Actas de prioridades das Feiras de Planos, elaboradas de baixo para cima.

Mais ainda, é que os recursos alocados para as deslocações em capacitações e assistência aos Conselhos Consultivos foram significativamente incrementados aquando da implementação das acções fruto da alocação da sobras de recursos das linhas de despesas de capital (investimentos), depois dos investimentos feitos na sua íntegra. As sobras aproveitadas resultaram da identificação de fornecedores de equipamentos e mobiliários da mesma qualidade, mas a preços mais acessíveis do que os fornecedores que providenciaram cotações na altura da orçamentação do Projecto. Por exemplo, nos meios circulantes, as cotações para a orçamentação tinham sido buscados da Nissan, mas o fornecimento efectivo em condições qualitativas mais vantajosas foi feito pela Isuzu-JAC, com preços relativamente acessíveis.

E também é preciso ter em conta que, os Observatórios de Desenvolvimento Distrital (ODD) responderam ao impulso do VozPoBa e ganharam muito mais relevância, tendo partilhado recursos orçamentados para os Observatórios de Desenvolvimento Provincial (ODP), uma vez os ODP possuem apoios doutros parceiros além do VozPoBa, embora pequenos, como é o caso da UNECEF, mas também a reprogramação das capacitações efectivas às Assembleias Provinciais e Municipais, o que permitiu alocar parte de recursos para os ODD, que passaram a depender unicamente da assistência do VozPoBa.

Contudo, ao longo do ano 2 (2024), será necessário aprimorar a priorização iniciada no ano 1, aproveitando também o facto de a apresentação do Projecto a instituições e actores relevantes a nível do país ter acontecido apenas no ano 1, poupando-se recursos no ano 2 e subsequentes. Além disso, importa notar que os órgãos capacitados ao longo do ano 1 não voltarão a ser capacitados no ano 2 e apenas beneficiarão de assistência nas suas sessões de trabalho, direccionando assim recursos para níveis e locais que não foram capacitados no ano 1. E a colaboração e divisão de responsabilidades com outros parceiros no apoio a instituições de âmbito provincial, como Assembleias Provinciais (o caso do PNUD) e ODP (o caso da UNICEF e Visão Mundial), deverá consolidar-se, permitindo continuar a alocar recursos para os ODD.

ANEXOS

ANEXO 1: Instituições onde o Projecto VozPoBa foi apresentado, apropriado e se buscou compromisso

Após o seu lançamento oficial, a 26 de Janeiro de 2023, nos meses de Fevereiro e Março de 2023, o Projecto VozPoBa foi apresentado e apropriado pelas seguintes instituições:

Nível Central

- Ministério de Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), através de S. Excelência Inocêncio Impissa, Vice-Ministro da Administração Estatal e Função Pública;



Foto: Ministro Impissa recebe o VozPoBa e se apropria do Projecto, dando comandos às Direcções de Planificação e de Descentralização para trabalho conjunto e colaboração.

- Ministério de Economia e Finanças, através, através dos Departamentos de Plano & Orçamento e Monitoria & Avaliação; e
- Parceiros do Grupo Nacional de Descentralização, através do PNUD e do GiZ.



Foto: O VozPoBa é apresentado ao Ministério de Economia e Finanças e ao Grupo Nacional de Descentralização.

Província do Niassa

- Gabinete da Governadora, através de S. Excelência Elina Judite de Rosa, Governadora da província de Niassa, e Excelentíssimo Sr. Mauro Pias, Director do Gabinete;



Foto: Governadora Elina Judite recebe o VozPoBa, alinha-o com as prioridades do Governo e dá comandos para a colaboração de instituições públicas na província.

- Assembleia Provincial de Niassa, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Provincial, Sr. Artur Justo Chidandale;
- Assembleia Municipal de Lichinga, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Luís António Saide Jumo;
- Administração do Distrito de Lichinga, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do Distrito, Sr. David Machimbuco;
- Administração do Distrito de Lago, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do Distrito, Sr. André Emanuel Luendo;
- Assembleia Municipal de Metangula, através da Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Sara Mustafa;
- Administração do Distrito de Marrupa, através do Excelentíssima Sr. Secretário Permanente do Distrito, Sr. Rachique António.

Província de Cabo Delgado

- Gabinete do Governador, através de S. Excelência Valegi Tauabo, Governador da província de Cabo Delgado;



Foto: Governador Tauabo recebe o VozPoBa, abre espaço para a colaboração ao nível das instituições públicas da província e oferece todo o suporte necessário.

- Conselho Executivo Provincial, através do Excelentíssimo Sr. Dando Suel, Director Provincial de Agricultura;
- Assembleia Provincial de Cabo Delgado, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Provincial, Sr. Francisco Loureiro;
- Assembleia Municipal de Pemba, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Ferraz Sai Sufo;
- Administração do Distrito de Ancuabe, através da Excelentíssima Sra. Administradora do Distrito, Sra. Lúcia Namachulua;
- Administração do Distrito de Mecufi, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do Distrito, Sr. Dinis Mitande; e
- Organizações da Sociedade Civil da Província de Cabo Delgado.

Província de Nampula

- Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula (UCODIN), através do Sr. Coordenador da Unidade, Sr. Vicente Paulo;



Foto: UCODIN recebe o VozPoBa, apropria-se, em nome do Governo de Nampula, e assina acordo de trabalho conjunto.

- Assembleia Provincial de Nampula, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Provincial, Sr. Amisse Cololo;
- Serviços Provinciais de Economia e Finanças de Nampula, através do Excelentíssimo Sr. Director dos Serviços, Sr. Graciano Francisco;
- Assembleia Municipal de Nampula, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Tertuliano Juma;

- Administração do Distrito de Nampula, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do Distrito, Sr. Ibrahim Abdul Remane;
- Administração do Distrito de Muecate (que substituiu Lalaua), através do Excelentíssimo Sr. Administrador do Distrito, Sr. António Valério Nandanga;
- Administração do Distrito de Murrupula, através da Excelentíssima Sra. Administradora do Distrito, Sra. Regina Paulino; e
- Organizações da Sociedade Civil da Província de Nampula.

Província de Zambézia

- Gabinete do Governador, através de S. Excelência Pio Matos, Governador da província de Zambézia;



Foto: Governador Pio Matos recebe o VozPoBa e instrui as instituições públicas na província para colaborarem e oferecerem o suporte necessário.

- Assembleia Provincial da Zambézia, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Provincial, Sr. António Molde Gusse;
- Assembleia Municipal de Quelimane, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. José Manuel;
- Conselho Autárquico de Quelimane, através de S. Excelência Manuel de Araújo, Presidente do Conselho Autárquico;
- Administração do Distrito de Quelimane, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do Distrito, Sr. Francisco Manuel Pagula;

- Administração do Distrito de Inhassunge, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do Distrito, Sr. Bernardo Cutane; e
- Administração do Distrito do Ile, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do Distrito, Sr. Honório Vaz.

Província de Tete

- Gabinete do Governador, através de S. Excelência Domingos Juliasse Viola, Governador da província de Tete;



Foto: Governador Viola recebe o VozPoBa e orienta o executivo da província a todos os níveis a capitalizar o Projecto.

- Assembleia Provincial de Tete, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Provincial, Sr. Carlos Siedade;
- Conselho Executivo Provincial, através da Excelentíssima Sra Diectora Provincial do Plano e Finanças, a Sra Paula Corda;
- Administração do Distrito de Changara, através da Excelentíssima Sra. Administradora do Distrito, Sra. Ana Maria Berissone;
- Administração do Distrito de Doa, através do Excelentíssimo Sr. Secretário Permanente do distrito, Sr. António Ndaluza Catimeni; e
- Plataforma de Organizações da Sociedade Civil de Tete (PLASOTE).

Província de Manica

- Gabinete da Governadora da Província, através de S. Excelência Francisca Tomás, Governadora da província de Manica;



Foto: Governadora Francisca Tomás recebe o VozPoBa e oferece todo o suporte necessário do lado do Governo da província e dos distritos.

- Gabinete do Secretário do Estado da Província, através de S. Excelência Manuel Filipe Almeida, Secretário do Estado;
- Conselho Executivo Provincial, através do Excelentíssimo Sr. Director Provincial do Plano e Finanças, Sr. Nur Mahomed Tomé Assa;
- Conselho Autárquico de Chimoio, através de S. Excelência João Ferreira, Presidente do daquele Conselho Autárquico;
- Assembleia Municipal de Chimoio, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Manuel Sueta;
- Administração do Distrito de Chimoio, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do distrito, Sr. Daniel Marques Andicene;
- Administração do Distrito de Macossa, através da Excelentíssima Sra. Secretária Permanente do distrito, Sra. Adelaide Charle;
- Administração do Distrito de Tambara, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do distrito, Sr. Cipriano Feliz Chinhamuca; e
- Organizações da Sociedade Civil da Província de Manica.

Província de Sofala

- Gabinete do Governador da Província, através de S. Excelência Lourenço Ferreira Bulha, Governador da província de Sofala;



Foto: Governador Lourenço Bulha felicitava o Consórcio do VozPoBa, pelo sucesso na materialização do Projecto, apropriando-se e abrindo espaço para o alinhamento com as prioridades do Programa do Governo na província.

- Gabinete da Secretária do Estado da Província, através de S. Excelência Stela Zeca, Secretária do Estado da Província;

- Assembleia Provincial de Sofala, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Provincial, Sr. António Simão Paulo Charre;

- Conselho Autárquico da Beira, através do Representante do Presidente, o Vereador para a área de Saúde, Sr. Emiliano Eurico Mateus;

- Administração do Distrito da Beira, através do Excelentíssimo Administrador do distrito, Sr. José Mucuno Mutoroma;

- Administração do Distrito de Gorongosa, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do distrito, Sr. Pedro Mussengue Pauta;

- Conselho Autárquico de Gorongosa, através de S. Excelência Paulo Albino, Presidente do Conselho Autárquico;

- Assembleia Municipal de Gorongosa, através da Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Sra. Lourdes Duarte Gimo;

- Administração do Distrito de Chibabava, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do distrito, Sr. Hélder Ramisse Alberto; e
- Organizações da Sociedade Civil da Província de Sofala.

Província de Inhambane

- Gabinete do Governador da Província, através de S. Excelência Daniel Francisco Chapo, Governador da província de Inhambane;



Foto: Governador Daniel Chapo, manifesta a sua admiração por aquilo que o VozPoBa promete, e oferece todo o suporte necessário para a eficácia do Projecto.

- Conselho Executivo Provincial, através do Excelentíssimo Sr. Director Provincial do Plano e Finanças, Sr. Simão Mavimbe;
- Assembleia Provincial de Inhambane, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Provincial, Sr. Eduardo Mussanhane;
- Administração do Distrito de Panda, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do distrito, Sr. Ambasse Buchir;
- Administração do Distrito de Govuro, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do distrito, Sr. Fernando Doda; e
- Organizações da Sociedade Civil de Inhambane.

Província de Gaza

- Gabinete da Governadora da Província, através de S. Excelência Margarida Sebastião, Governadora da província de Gaza;



Foto: Governadora Margarida Sebastião recebe o VozPoBa e celebra um acordo de colaboração para a eficácia do Projecto.

- Assembleia Provincial de Gaza, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Provincial, Sr. José Tsamba;
- Gabinete do Secretário do Estado, através de S. Excelência Lourenço Mateus Lindonde, Secretário do Estado da Província;
- Conselho Autárquico de Xai-Xai, através de S. Excelência Emídio Benjamim Xavier, Presidente daquele Conselho Autárquico;
- Assembleia Municipal de Xai-Xai, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Justino Chizango;
- Administração do Distrito de Xai-Xai, através da Excelentíssima Sra. Administradora do distrito, Sra. Argilência Francisco Chissano;
- Administração do Distrito de Chicualacuala, através da Excelentíssima Sra. Administradora do distrito, Sra. Cacilda Banze; e
- Administração do Distrito de Chigubo, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do distrito, Sr. Mateus Infante.

Província de Maputo

- Conselho Autárquico da Matola, através de S. Excelência Calisto Cossa, Presidente daquele Conselho Autárquico;



Foto: Presidente Calisto Cossa recebe o VozPoBa e instrui o Secretariado Executivo a elaborar uma plano de seguimento e colaboração.

- Administração do Distrito de Matutuine, através da Excelentíssima Sra. Administradora do distrito, Sra. Júlia Mwito; e

- Administração do Distrito de Magude, através do Excelentíssimo Sr. Administrador do distrito, Sr. Lázaro Manuel Bambamba.

Cidade de Maputo

- Conselho dos Serviços de Representação do Estado da Cidade de Maputo, através de S. Excelência Vicente Joaquim, Secretário do Estado da Cidade;



Foto: Secretária do Estado Vicente Joaquim recebe o VozPoBa e instrui o Conselho dos Serviços de Representação do Estado na Cidade de Maputo a alinhar o Projecto com as prioridades do Governo, e celebrar um acordo de trabalho.

- Conselho Autárquico de Maputo, através da Vereadora representante de S. Excelência Eneias Comiche, Presidente do Conselho Autárquico de Maputo;



Foto: Presidente Comiche recebe o VozPoBa e indigita a Vereação de Descentralizacao e Governação a elaborar uma plano de trabalho conjunto e celebrar um acordo de trabalho.

- Assembleia Municipal de Maputo, através do Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Samuel Mudumela.

ANEXO 2: Detalhes de alguma actividades implementadas

Capacitações aos Conselhos Consultivos

Ao longo do ano 2023 (ano 1 de implementação do VozPoBa), foram realizadas as seguintes Capacitações a Conselhos Consultivos:

Província do Niassa: Capacitação ao CC do Distrito de Marrupa, CC do Posto Administrativo de Nungo, distrito de Marrupa; Capacitação do Conselho Consultivo do Distrito de Lichinga; Capacitação ao CC do Distrito de Lago;

Província de Cabo Delgado: Fortalecimento do Conselho Consultivo de Maueia, Murrebue, Mecufi, distrito de Mecufi; Capacitação do Conselho Consultivo do Distrito de Mecufi; Capacitação do Conselho Consultivo do Posto Administrativo de Murrebue, Mecufi; Capacitações aos Conselhos Consultivos de todas as Localidades do distrito de Ancuabe, província de Cabo Delgado;

Província de Nampula: Capacitação de Conselhos Consultivos de todas as Localidades do distrito de Murrupula, província de Nampula; Constituição do Conselho Consultivo do Posto Administrativo de Anchilo, distrito de Nampula, província de Nampula; Constituição de Conselho Consultivo de Povoação em Thoro, Anchilo, distrito de Nampula; Capacitação do Conselho Consultivo do Distrito de Nampula;

Província da Zambézia: Fortalecimento do Conselho Consultivo (CC) do distrito de Inhassunge e Capacitação temática ao CC do distrito de Inhassunge; Mobilização e relançamento do CC do distrito do Ile;

Província de Tete: Capacitação do Conselho Consultivo do Posto Administrativo de Chiueza, distrito de Doa, província de Tete; Capacitação do CC do distrito de Doa;

Província de Sofala: Capacitação do Conselho Consultivo do distrito de Gorongosa; Capacitação do Conselho Consultivo do Distrito da Beira; Capacitação ao Conselho Consultivo do Distrito de Chibabava;

Província de Inhambane: Capacitação ao Conselho Consultivo do Distrito de Panda;

Província de Gaza: Criação do Conselho Consultivo do Distrito de Chicualacuala; Capacitação do Conselho Consultivo do Distrito de Chigubo; Capacitação do Conselho Consultivo do Distrito de Xai-Xai; e

Província de Maputo: Capacitação do Conselho Consultivo do Distrito de Matutuine, na Província de Maputo; Capacitação ao Conselho Consultivo do distrito de Magude.

Sessões de Conselhos Consultivos Locais e Feiras de Plano

Ao longo do ano 2023 (ano 1 de implementação do VozPoBa), foram realizadas as seguintes Sessões de Conselhos Consultivos e Feiras de Plano:

Província do Niassa: Sessão de Prestação de Contas Intermédia e Coordenação do Distrito de Lichinga, alargada à Sociedade Civil;

Província de Cabo Delgado: Sessões de Conselhos Consultivos de todos os Postos Administrativos do distrito de Mecufi, província de Cabo Delgado;

Província de Nampula: Sessão Extraordinária de Conselho Consultivo da localidade de Muiriua, Muecate; sessão do Conselho Consultivo da Localidade de Kavula, Muecate; sessões de Conselhos Consultivos de todos os Postos Administrativos de Muecate, Nampula (Muecate-Sede, Imala e Mucluone);

Província da Zambézia: Sessão de Conselho Consultivo do distrito de Quelimane;

Província de Tete: Sessão do Conselho Consultivo do Posto Administrativo de Chueza, em Doa; sessão do Conselho Consultivo da localidade de Salima, Doa; sessão do Conselho Consultivo da localidade de Ancuaze, distrito de Doa; sessão de balanço e coordenação extensiva aos Conselhos Consultivos no distrito de Changara; sessão de prestação de contas alargada aos Conselhos Consultivos no distrito de Changara; sessão de Conselho Consultivo do distrito de Doa; sessões de Conselhos Consultivos de todas as Localidades do Distrito de Changara; sessão de Conselhos Consultivos de todos os Postos Administrativos e do Distrito de Changara;

Província de Manica: Sessão de Conselho Consultivo do Posto Administrativo de Macossa-Sede, distrito de Macossa; sessão de Conselhos Consultivos de Povoação, no distrito de Tambara; sessão de Conselho Consultivo do distrito de Tambara, província de Manica; Feiras de Plano ao nível das Localidades do distrito de Macossa; Feiras de Plano ao nível das Localidades do distrito de Tambara; Feiras de Plano ao nível dos Postos Administrativos do distrito de Tambara; Feiras de Plano ao nível dos Postos Administrativos do distrito de Macossa; Feiras de Plano ao nível do Distrito de Tambara;

Província de Sofala: Sessão Extraordinária de Conselho Consultivo do Distrito de Chibabava; sessão de Conselho Consultivo do Distrito de Gorongosa; sessão de Conselho Consultivo do distrito de Chibabava; sessão de Conselho Consultivo da Localidade de Panja, Posto Administrativo de Muxúngue, distrito de Chibabava; sessão de Conselho Consultivo da Localidade de Mucave, distrito de Chibabava; Feira de Plano do Conselho Consultivo do Distrito da Beira; Feira de Plano do Conselho Consultivo do Posto Administrativo de Chibabava-Sede; Feira de Plano do Conselho Consultivo do Posto Administrativo de Goonda, Chibabava; Feira de Plano do Conselho Consultivo do Posto Administrativo de Muxúngue, Chibabava;

Província de Inhambane: Sessão do Conselho Consultivo da Localidade de Djodjo, distrito de Panda;

Província de Gaza: Sessão de Conselho Consultivo do distrito de Chigubo, província de Gaza; sessão de Conselho Consultivo do Distrito de Chicualacuala, província de Gaza; sessão de

Conselho Consultivo do distrito de Xai-Xai; Feira de Plano em Litlatla, distrito de Chicualacuala, província de Gaza; Feira de Plano em Chicualacuala B, no distrito de Chicualacuala, província de Gaza; Feira do Plano de Nongoti, distrito de Chigubo, província de Gaza; e

Província de Maputo: Sessão de Conselho Consultivo do Distrito de Matutuine; sessão extraordinária de Conselho Consultivo do distrito de Magude; sessão de Conselho Consultivo do distrito de Magude.

Sessões Plenárias de Observatórios de Desenvolvimento dos Distritos

Ao longo do ano 2023 (ano 1 de implementação do VozPoBa), foram realizadas as seguintes Sessões Plenárias de Observatórios de Desenvolvimento Distritais:

Realização de Sessão Plenária de Observatório de Desenvolvimento do distrito de Quelimane;

Observatório de Desenvolvimento do Distrito de Tambara;

2 Sessões de Observatório de Desenvolvimento do Distrito de Macossa;

Observatório de Desenvolvimento do Distrito da Beira;

2 Sessões de Observatório de Desenvolvimento do Distrito de Govuro;

Observatório do Desenvolvimento do distrito de Xai-Xai;

2 Sessões de Observatório de Desenvolvimento do distrito de Magude;

Observatório de Desenvolvimento o distrito de Chigubo, província de Gaza;

Observatório de Desenvolvimento do Distrito de Chicualacuala, província de Gaza;

Primeira Sessão de Observatório de Desenvolvimento do Distrito de Chibabava, Sofala;

Observatório de Desenvolvimento do Distrito de Matutuine, província de Maputo;

Observatório de Desenvolvimento do Distrito de Changara, província de Tete; e

Observatório de Desenvolvimento do distrito de Marrupa, Província de Niassa.

Sessões Plenárias de Observatórios de Desenvolvimento Provinciais

Ao longo do ano 2023 (ano 1 de implementação do VozPoBa), foram realizadas as seguintes Sessões Plenárias de Observatórios de Desenvolvimento Provinciais:

2 Sessões de Observatório de Desenvolvimento da Província de Niassa;

2 Sessões Observatório de Desenvolvimento da Província de Nampula;

Sessão de Observatório de Desenvolvimento da Província da Zambézia;

2 Sessões de Observatório de Desenvolvimento da Província de Tete;

Sessão de Observatório de Desenvolvimento da Província de Manica;
2 Sessões de Observatório de Desenvolvimento da Província de Sofala;
Sessão de Observatório de Desenvolvimento da Província de Inhambane;
Sessão de Observatório de Desenvolvimento da Província de Gaza; e
Sessão de Observatório de Desenvolvimento da Cidade de Maputo;

Capacitações aos Conselhos Técnicos Distritais

Ao longo do ano 2023 (ano 1 de implementação do VozPoBa), foram feitas algumas capacitações a alguns Conselhos Técnicos Distritais, a saber:

Capacitação do Conselho Técnico do Distrito de Nampula e criação de CC de Saua Saua e Nassape-Anchilo;

Capacitação do Conselho Técnico do Distrito de Muecate;

Capacitação do Conselho Técnico do Distrito de Chimoio;

Capacitação Conselho Técnico do Município de Chimoio;

Capacitação Conselho Técnico do Município de Magde;

Programado para princípios de 2024 no distrito de Matutuine;

Programado para princípios de 2024 na Cidade de Maputo (Conselho dos Serviços de Representação do Estado); e

Programado para princípios de 2024 nos distritos de Quelimane, Inhambane (e inclui o Conselho Executivo Provincial), Beira, Chibabava, Gorongosa, Lichinga, Lago, Marrupa, Murrupula, Mecufi, Pemba e Ancuabe, em parceria com o IFAPA.

Mesas-redonda com outras Instituições e Actores Relevantes

Ao longo do ano 2023 (ano 1 de implementação do VozPoBa), foram realizadas várias mesas redondas com instituições relevantes, conforme se segue:

- Com o Ministério de Administração Estatal e Função Pública, sobre a colaboração no VozPoBa, incluindo possibilidades de envolvimento daquele Ministério em acções de capacitação;
- Com o Ministério de Economia e Finanças, área de Monitoria e Avaliação, sobre a colaboração tendo em vista as domesticação dos ODS e a colaboração com o VozPoBa para o efeito;
- Com o IPAJ, para a divulgação de legislação relevante às comunidades de base, através do VozPoBa;

- Com o GiZ e o PNUD em Maputo, para a colaboração na implementação das acções no campo da descentralização ao nível do país;
- Com o PNUD Sofala (escritório da região centro e norte), para a discussão de formas de colaboração na capacitação às Assembleias Provinciais e Municipais;
- Com o GiZ Sofala, para a discussão de formas de colaboração na capacitação às Assembleias Provinciais e Municipais;
- Com UNICEF Zambézia, para a discussão de formas de colaboração no apoio aos Observatórios de Desenvolvimento Provincial;
- Com Assembleia Provincial da Zambézia, para discutir possibilidades de envolvimento dos Membros daquela instituição nos trabalhos das IPCC e Observatórios de Desenvolvimento;
- Com Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula (UCODIN), para o seu envolvimento nas capacitações às IPCC e aos Conselhos Técnicos Distritais;
- Com o IFAPA, para o estabelecimento de modalidades de colaboração, no âmbito do acordo de trabalho celebrado;
- Com o Conselho Executivo Provincial de Inhambane, a pedido daquele, para a colaboração na capacitação dos seus técnicos;
- Com o Conselho dos Serviços de Representação do Estado da Cidade de Maputo, a pedido daquele, para a colaboração na capacitação dos seus técnicos;
- Com o Conselho Municipal de Maputo, para a Planificação Conjunta de acções conjuntas no âmbito do fortalecimento da Governação Autárquica, em 2024;
- Com a Associação Nacional de Municípios, para a construção de uma agenda conjunta de capacitações aos Municípios envolvidos no VozPoBa no país;
- Com Assembleia Provincial de Gaza, para discutir possibilidades de envolvimento dos Membros daquela instituição nos trabalhos das IPCC e Observatórios de Desenvolvimento;
- Com o Gabinete da Governadora do Niassa, para explorar formas de envolvimento dos deslocados internos, no diálogo ao nível das IPCC;
- Com o Gabinete do Governador da Zambézia, para a flexibilização do acordo de trabalho ao nível do distrito do Ile e avaliação de possibilidades de reorientação, de acordo com as prioridades definidas pelo Conselho Executivo daquela província;
- Com os Governos dos distritos de Marrupa, Changara, Quelimane, Govuro, Magude, Matutuíne, Ancuabe, Mecufi, Murrupula, Xai-Xai, Chibabava, Gorongosa, Inhassunge, Govuro e Chimoio, para avaliação de progressos na implementação do VozPoBa e planificação de intervenções subsequentes; e
- E com o Programa “Logos”, em Nampula, para exploração de campos de colaboração.

ANEXO 3: Boletim Informativo VozPoBa

Todas as acções, no âmbito da implementação do Projecto VozPoBa, foram devidamente acompanhadas, e documentadas, e foi instituído o Boletim Informativo VozPoBa, para a partilha das realizações.

Como Anexo 3 partilhamos em formato físico números do Boletim Informativo VozPoBa, que vão numa colectânea encadernada, devidamente identificada como Anexo 3 ao presentes Relatório Narrativo do Ano 1.

ANEXO 4: Memorandos de Entendimento Assinados, junto Partilhados

Os acordos de trabalho celebrados, reflectindo a apropriação do Projecto e compromissos de engajamento, após a apresentação do Projecto a diferentes instituições e entidades relevantes (vide anexo 1 acima), foram assinados 32 Memorandos de Entendimento institucionais só no Ano 1, o que torna o VozPoBa realmente um compromisso de todos a nível nacional e criam-se bases para uma implementação eficaz, apoio sustentado das diferentes instituições e forças vivas relevantes, mas também uma maior sustentabilidade do Projecto.

Os Memorandos assinados vão encadernados em formato físico, com a devida identificação como Anexo 4 ao Relatório Narrativo.

ANEXO 5: Link da Conta do *Youtube*, com depoimentos sobre o Grau de Satisfação dos Grupos-alvo e Beneficiários, mas também do website onde todas as informações podem ser encontradas

Existe uma Conta de Youtube, onde constam depoimentos sobre expectativas da população da base em relação ao VozPoBa, antes do início da implementação do Projecto, alguns momentos marcantes de intervenções no evento de Lançamento do Projecto e, sobretudo, depoimentos de personalidades do grupo alvo e de beneficiários do Projecto, mostrando o seu grau de satisfação ao fim do Ano 1 de implementação, e algumas perspectivas de seguimento; esta Conta no Youtube é:

<https://youtube.com/@VozPoba?si=L1VzypnrBWBA4wA>.

Mais informações sobre o VozPoBa e a sua implementação no país poderão ser encontradas na página de internet da AAAJC, onde na janela principal está bem patente um campo escrito “*Tudo sobre VozPoBa*”.

www.aaajc.org.mz, no campo “*Tudo sobre VozPoBa*”.

ANEXO 6: Extractos de Jornais com informações publicadas

Como anexo 6, partilha-se extractos encadernados, com a devida identificação como Anexo 6, de jornais com algumas informações sobre a implementação do Projecto VozPoBa que foram sendo publicadas e partilhadas na imprensa escrita (Jornais).

ANEXO 7: Evidências de Eventos

Como Anexo 7 ao relatório, vão evidências de eventos que aconteceram, que vão encadernadas num formato físico, com a devida identificação na capa como Anexo 7, compreendendo:

- Listas de presenças de sessões Conselhos Consultivos, Observatórios de Desenvolvimento Distritais e Observatórios de Desenvolvimento Provinciais;
- Documentos de Posição (capítulos do RAP), apresentados nos Observatórios de Desenvolvimento Distritais e Provinciais;
- Actas de sessões de Conselhos Consultivos e Feiras de Plano; e
- Agendas/Programas dos diferentes eventos acima descritos.

ANEXO 8: Quadro Lógico Ajustado com os resultados do Estudo de Linha de Base e Progressos nos Indicadores

O Quadro Lógico actualizado à luz das constatações e recomendações do “*Estudo de Linha de Base*” vai no formato electrónico, em MSW.

Nome da pessoa de contacto do Projecto:

Rui de Vasconcelos Caetano (Director Executivo da AAAJC)

Assinatura:



Local: *Maputo*

Data prevista para a apresentação do relatório: *Janeiro de 2024*

Data de envio do relatório: *26 de Janeiro de 2024*